

Demonstrações Financeiras



MARISA LOJAS S.A. 61.189.288/0001-89

Demonstração Financeira

Varejo Consolidado	4T14	4T15	Variacão(%)	2014	2015	Variacão(%)
Receita Bruta	1.204.064	1.088.552	-9,6%	3.615.113	3.430.405	-5,1%
TriboTos sobre Receita	(333.840)	(297.489)	-10,9%	(1.012.247)	(947.875)	-6,4%
Receita Líquida	870.224	791.063	-9,1%	2.602.866	2.482.530	-4,6%
S.S.S.	-0,5%	-0,6%	0,2%	-	-5,3%	-
CPV	(443.798)	(517.048)	-14,4%	(1.368.208)	(1.323.507)	-3,3%
Lucro Bruto	426.426	493.315	16,1%	1.234.658	1.159.023	-6,1%
Despesas Operacionais	(315.882)	(290.116)	-7,9%	(1.025.105)	(1.033.859)	-0,8%
- Despesas com Vendas	(275.364)	(257.591)	-6,5%	(898.734)	(899.176)	0,0%
- Despesas Gerais e Administrativas	(40.518)	(32.525)	-19,7%	(126.371)	(134.683)	-6,6%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(12.990)	(7.684)	-40,8%	(5.182)	(12.933)	-149,6%
EBITDA Varejo	97.554	55.516	-43,1%	204.371	112.231	-45,1%

Custo de Mercadorias Vendidas: o custo de mercadorias vendidas totalizou em R\$ 437,7 milhões, 1,4% inferior ao 4T14.
Margem Bruta e Lucro Bruto: O Lucro Bruto alcançou R\$ 353,3 milhões com redução da margem bruta de 4,3 p.p. em relação ao 4T14, variação decorrente prioritariamente do foco da Companhia na manutenção dos estoques em níveis adequados e a melhoria de sua qualidade.
Despesas com Vendas: As despesas com vendas foram reduzidas em 6,5%, alcançando R\$ 257,6 milhões. Tal variação reflete a busca por eficiência e os maiores esforços da Companhia para adequar seus gastos diante de gestão de despesas mais austera. Tal redução poderia ter sido mais representativa se não fosse aumento nos Custos de Ocupação, notoriamente pelo expressivo aumento das tarifas de energia em 2015.
Despesas Gerais e Administrativas: As despesas gerais e administrativas alcançaram R\$ 32,5 milhões, redução de 19,7%, decorrentes principalmente dos ganhos de eficiência e propagação da cultura de forte controle de gastos implementada na Companhia em 2015.
Novo combinado, o SG&A da Companhia apresentou redução nominal de 8,2% no 4T15. Tal redução denota os grandes esforços que a Companhia empenhou em um ano em que a inflação (IPCA) foi de 10,67% e as despesas cresceram apenas 0,9%, em linha com os objetivos de management.
Outras Receitas (Despesas) Operacionais: as outras despesas operacionais foram de R\$ 7,7 milhões, equivalentes a 1,0% da receita líquida de varejo, frente aos R\$ 13,0 milhões no 4T14. Esta redução de 40,8% deveu-se principalmente variação positiva de Créditos tributários parcialmente compensados pela baixa de imobilizado resultante do fechamento de lojas no período.
Resultado Operacional (EBITDA): o resultado operacional do varejo totalizou R\$ 55,5 milhões, queda de 43,1% frente aos R\$ 97,5 milhões no 4T14, com a margem EBITDA do varejo passando de 11,2% para 7,0%. Essa variação é resultante dos fatores explicados anteriormente, não se podendo, no entanto, deixar de ressaltar o importante impacto ocasionado da redução das vendas.

Produtos e Serviços Financeiros (R\$ mm)	4T14	4T15	Variacão (%)	2014	2015	Variacão (%)
Cartão Private Label						
Receita de Juros Líquida de Funding	65,4	60,2	-8,1%	289,1	256,0	-11,4%
Receita de Serviços Financeiros	46,5	45,7	-1,7%	183,5	170,7	-7,0%
Programa de Fidelidade	(14,3)	(4,4)	-69,4%	(36,2)	(29,0)	-19,9%
Perda Líquida de Recuperações	(37,8)	(39,3)	4,1%	(199,9)	(176,0)	-12,0%
Margem de Contribuição - Private Label	59,9	62,2	3,8%	236,4	221,7	-6,2%
Empréstimo Pessoal						
Receita de Juros Líquida de Funding	49,3	39,6	-19,6%	188,2	184,5	-1,9%
Perda Líquida de Recuperações	(15,3)	(17,1)	11,8%	(64,1)	(82,3)	-28,4%
Margem de Contribuição - EP	34,0	22,5	-33,6%	124,1	102,2	-17,6%
Cartão Co-Branded						
Margem de Contribuição Cartão Co-Branded	26,3	19,7	-25,0%	96,4	95,6	-0,8%
Custos e Despesas Operacionais	(71,3)	(51,1)	-28,4%	(274,0)	(255,9)	-6,6%
EBITDA PSF	48,9	53,4	9,3%	182,9	163,6	-10,5%

Cartão Private Label: a receita de juros, líquida de custos de captação teve queda de 8,1%, decorrente da redução da participação dos cartões nas vendas, da redução nas atividades do varejo. Os maiores custos de captação e a nova tributação do PSF/COFINS sobre receitas financeiras também tiveram importante impacto em tal movimento, principalmente que a Companhia não aumentou as taxas cobradas dos clientes.
A receita de Serviços Financeiros teve redução de 1,7%, menor, portanto, que a variação apresentada na base de cartões ativos, mostrando a resiliência de produtos como seguros e planos de assistência mesmo diante de cenário desfavorável para o segmento. As despesas com o Programa de Fidelidade foram reduzidas em 69,4%, devido à revisão da estrutura do Programa então utilizado pela Marisa. As Perdas Líquidas de Recuperações, como percentual da carteira média do período, passaram de 5,8% no 4T14 para 7,0% 4T15.
Empréstimo Pessoal: a receita de juros líquida de custos de captação diminuiu 19,6%, com a redução de 4,5% da carteira -totalizando R\$ 184,1 milhões - o que se deu em função da mudança do perfil do portfólio, com a eliminação das operações de prazos mais longos, e também dos maiores custos de *financing*, que apresentaram incremento de 24,2% no período.
As Perdas Líquidas de Recuperações, sobre a carteira média do período, foram de 9,3%, aumento de 1,7 p.p. sobre o 4T14. Comportamento similar à carteira do PL, mesmo se tratando de um produto de maior risco.
Cartão Co-Branded: A Margem de Contribuição foi reduzida em 25,0%, em função principalmente dos aumentos das provisões para perdas aplicadas ao portfólio do produto e pela mudança no perfil de reconhecimento da receita de exclusividade após a extensão da parceria - impacto de R\$ 2,3 por trimestre.
Os Custos e Despesas Operacionais alcançaram R\$ 51,1 milhões, queda de 28,4% sobre o 4T14, impactados positivamente pelo efeito não-recorrente da venda do FIDC-NP de créditos não-performados, no valor de R\$ 18,4 milhões. Ao se explicar este valor, tal variação teria apresentado leve melhora, (redução de 2,6%), o que decorre dos trabalhos de otimização de despesas e estruturas em implementação também na área de PSF.

Resultado Operacional (EBITDA): a combinação dos fatores explicados acima levou o resultado operacional da divisão de Produtos e Serviços Financeiros a R\$ 53,4 milhões, aumento de 9,3% sobre o 4T14. Excluído o crédito não-recorrente de R\$ 19 milhões relativos à venda do FIDC-NP o resultado teria ficado em R\$ 35,0 milhões, queda de 28,4% em relação ao 4T14.
Vendas por meio dos Cartões Marisa
 A participação dos Cartões Marisa no total das vendas foi de 40,0%, redução de 4,6 p.p. em relação ao 4T14. Entendemos que tal variação foi influenciada, em parte, pelo aumento da preferência pelo pagamento em dinheiro e em cartões de débito (1,1 p.p) na base de clientes, tendência tipicamente associada à deterioração econômica e uma falta de atratividade percebida nas ofertas apresentadas pelos nossos cartões. A carteira de recebíveis teve redução de 14,2%, totalizando R\$ 568,7 milhões ao final do período. A variação da carteira reflete o enfraquecimento da atividade de varejo e a redução da participação do cartão Private Label. A carteira vendida diminuiu 7,2%, e o percentual de vencidos passou de 28,1% no 4T14 para 30,4% no 4T15, refletindo pequeno nível de deterioração da carteira, apesar de tal efeito se restringir às faixas mais antigas.

SAX (R\$ mm)	4T14	% Total	4T15	% Total	Variacão (%)
Em dia:	139,3	69,4%	109,1	59,3%	-21,7%
Vencidas:	61,4	30,6%	75,0	40,7%	22,2%
1 a 30 dias	11,3	5,6%	10,9	5,9%	2,9%
31 a 60 dias	7,5	3,7%	8,2	4,5%	10,7%
61 a 90 dias	6,7	3,3%	7,9	4,3%	18,1%
91 a 120 dias	8,4	4,2%	7,9	4,3%	-22,8%
121 a 150 dias	5,9	2,9%	7,5	4,1%	27,1%
151 a 180 dias	5,6	2,8%	7,2	3,9%	30,4%
181 a 240 dias	9,5	4,7%	12,8	7,0%	35,1%
241 a 300 dias	6,1	3,0%	8,7	4,7%	42,7%
301 a 360 dias	2,6	1,3%	3,8	2,1%	48,1%
Total	200,7	100,0%	184,1	100,0%	-8,2%

Carteira do Private Label Private Label (R\$ mm)	4T14	% Total	4T15	% Total	Variacão (%)
Em dia:	467,9	71,9%	389,9	66,6%	-16,9%
Vencidas:	183,0	28,1%	169,8	30,4%	-7,2%
1 a 30 dias	85,2	13,1%	71,8	12,9%	-15,7%
31 a 60 dias	25,4	3,9%	23,9	4,3%	-6,1%
61 a 90 dias	20,0	3,1%	19,9	3,6%	-0,5%
91 a 120 dias	18,7	2,9%	20,0	3,6%	6,6%
121 a 150 dias	16,6	2,6%	17,2	3,1%	3,3%
151 a 180 dias	7,0	1,1%	17,1	3,1%	145,0%
Total	650,8	100,0%	598,7	100,0%	-14,2%

Empréstimo Pessoal
 O volume concedido foi reduzido em 40,6%, decorrente majoritariamente da redução do número de contratos, com ticket médio estável. Tais reduções em volume e em número de contratos concedidos é resultante de um menor fluxo de clientes demandando o produto em nossas lojas e também de políticas de concessão mais restritivas, em função da deterioração do cenário macroeconômico. A carteira de recebíveis alcançou R\$ 184,0 milhões ao final de dezembro, após ter fechado o 3T15 em R\$ 210,5 milhões. A Companhia entende que após tal portfólio ter atingido o nível considerado IDEAL para o porte da nossa operação, os esforços das áreas de PSF devem se concentrar na melhoria da qualidade das carteiras e saúde da operação em geral.
 A carteira vendida, como percentual da carteira total, apresentou crescimento, alcançando 40,7% no 4T15, contra 30,6% no 4T14. Tal deterioração tem seu maior peso concentrado nas faixas superiores a 180 dias e que está relacionado ao produto 15x já descontinuado. A perda líquida passou a carteira média do período foi de 9,3%, aumento de 1,7 p.p. frente ao 4T14, mas 1,1 p.p. inferior aos 10,4% apresentados no 3T15.

ENDDIVIDIMENTO LÍQUIDO E RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	4T14	4T15	4T14	4T15
Endividamento Líquido (R\$ mm)				
Divida Bruta	1.147,1	1.098,1	Alavancagem Financeira	50%
Divida de longo prazo	777,4	734,0	Divida bruta / Divida bruta + PL	50%
Divida de curto prazo	369,8	364,0	Divida líquida / (Divida líquida + PL)	35%
Caixa e aplicações financeiras	532,9	573,4	Divida líquida / EBITDA U12M (x)	1,90x
Divida líquida (A)	614,2	524,6	Custo Médio	(%) cdi
Patrimônio líquido (B)	1.155,9	1.118,8	Empréstimos e Financiamentos	108,0%
Capital total (A+B)	1.770,1	1.643,5	Caixa e aplicações financeiras	101,2%

Encerramos o 4T15 com endividamento líquido de R\$ 524,6 milhões, 14,6% abaixo do 4T14, o que reflete o foco na maior geração de caixa operacional e consequente redução da alavancagem da Companhia.
O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 40,6 milhões, aumento de 43,2%, que decorre principalmente (i) do aumento da SELIC (ii) do aumento dos rendimentos com aplicações face ao aumento da posição de caixa, e (iii) do hedge financeiro de captações estruturadas.

Despesas e Receitas Financeiras	4T14	4T15	4T14	4T15
Despesas Financeiras (A)	(48.309)	(58.899)	Receitas Financeiras (B)	19.967
Despesa com juros e Corr. Mon.	(28.398)	(34.144)	Aplicações	10.906
Variação Cambial e Hedge	(4.828)	(1.846)	Variação Cambial e Hedge	7.714
Descontos concedidos	(3.125)	(2.608)	Descontos obtidos	47
Despesas bancárias	(697)	(1.197)	Outros	1.137
Outros	(1.947)	(7.575)	Outros	1.137
AVP	(9.318)	(11.529)	Total	(28.342)

Para auxiliar o processo de análise e leitura de nossas informações financeiras, incluímos a abertura de nossas despesas financeiras, conforme acima. Vale destacar que a partir de setembro/14, passamos a contabilizar o hedge de operações de importação de mercadorias pelas CFCs de Hedge Accounting. Desta forma, em 31/08/2015, a variação cambial e o hedge apresentados no DFE se referem somente à proteção de captação via Resolução 4131. Embora nosso custo de captação esteja em 108,0% do CDI, operações envolvendo moeda estrangeira geram variações no valor da rubrica de despesas financeiras pela sua marcação a mercado.

CAPEX (R\$ mm)	4T14	4T15	Variacão (%)	2014	2015	Variacão (%)
Lojas Novas	6,3	3,6	-43,3%	37,8	5,2	-86,2%
Ampliações e Reformas	10,7	9,0	-15,2%	70,9	55,1	-21,0%
Logística	6,0	0,1	-97,9%	7,3	5,3	-26,8%
TI	8,0	2,0	-75,1%	34,8	13,8	-60,2%
Outros	13,6	11,3	-16,7%	59,4	60,6	1,9%
Aquisição Netpoints	-	-	n.a	26,0	-	n.a
Total	44,6	26,1	-41,5%	220,4	112,9	-48,8%

Nossos investimentos no período refletem nosso foco na otimização da utilização de nossos recursos tendo sido majoritariamente direcionados a projetos de ganho de eficiência operacional, como o Projeto Somar, classificado em Outros.

RESULTADO OPERACIONAL CONSOLIDADO	4T14	4T15	Variacão (%)	2014	2015	Variacão (%)
Consolidado						
RECEITA BRUTA	1.204.064	1.088.552	-9,6%	3.615.113	3.430.405	-5,1%
Receita Bruta - PSF	129.213	103.176	-19,4%	363.970	329.916	-9,1%
Receita Líquida - PSF	106.299	92.857	-12,7%	300.016	279.979	-6,7%
RECEITA LÍQUIDA	1.057.367	948.397	-10,3%	3.344.593	3.164.906	-5,4%
Receita Líquida - Varejo	870.224	791.064	-9,1%	2.602.866	2.482.530	-4,6%
Receita Líquida - PSF	187.143	157.333	-15,9%	741.727	682.376	-8,0%
CPV	(575.996)	(530.897)	-8,0%	(1.888.427)	(1.788.118)	-5,3%
CPV - Varejo	(443.797)	(517.048)	-14,4%	(1.368.208)	(1.323.507)	-3,3%
CPV - PSF	(132.199)	(120.849)	-9,2%	(520.219)	(464.611)	-10,7%
LCR BRUTO	481.371	455.517	-5,2%	1.456.168	1.376.788	-5,6%
Lucro Bruto - Varejo	426.427	493.315	16,1%	1.234.658	1.159.023	-6,1%
Lucro Bruto - PSF	54.944	64.183	16,8%	221.508	217.764	-1,7%
Despesas Operacionais	(325.148)	(304.322)	-6,4%	(1.067.621)	(1.083.152)	-1,5%
Despesas com Vendas - Varejo	(275.363)	(257.591)	-6,5%	(898.733)	(899.176)	-0,0%
Despesas Gerais e Administrativas - PSF	(40.518)	(32.525)	-19,7%	(126.371)	(134.683)	-6,6%
Despesas Gerais e Administrativas - Varejo	(9.267)	(5,0%)	(14.205)	-7,6%	53,3%	(42.517)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(9.812)	(7.684)	-21,6%	(51,82)	(12.933)	-25,3%
Outras Despesas e Receitas Operacionais - Varejo	(12.990)	(7.684)	-40,8%	(5.182)	(12.933)	-149,6%
Outras Despesas e Receitas Operacionais - PSF	3.178	1,7%	3.406	2,2%	7,2%	3,8%
EBITDA	146.411	112,8%	108.900	11,5%	-25,6%	387.238
EBITDA - Varejo	97.555	11,2%	55.517	7,0%	-43,1%	204.372
EBITDA - PSF	48.856	26,1%	53.383	33,9%	9,3%	182.866
Depreciação e Amortização	(49.034)	-4,6%	(53.561)	-5,1%	9,2%	(109.572)
- Financeiras, Líquidas	(28.342)	-2,7%	(40.805)	-3,8%	(33.256)	-13,0%
- Financeiras, Líquidas (exceto dívida)	(20.692)	-18,9%	(12.755)	-31,6%	(76.316)	-82,6%
Lucros antes do IR/CSL	68.262	-11,9%	12.708	-2,4%	81,4%	56.431
- IR e CSL	(24.422)	-2,3%	4.036	0,4%	-116,5%	(5.349)
Lucro Líquido	43.840	4,1%	16.744	1,8%	-61,8%	51.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa		Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais						
Lucro (prejuízo) líquido do período.....	(35.764)	51.082	(35.764)	51.082		
Ajustes para reconciliar o resultado líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:						
Apreciação e amortização.....	14/15	191.238	182.313	198.805	190.572	
Custo real do ativo imobilizado e intangível baixado.....	14/15	11.088	11.088	17.586	11.341	
Equivalência patrimonial.....	13	(103.022)	(197.509)	6.339	1.979	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	8	(9)	75	17.251	(15.458)	
Provisão para perdas dos estoques.....	9	21.369	7.136	21.369	7.136	
Reversão de provisões para perdas do imobilizado e intangível (Ganho) Perda com investimentos, líquido.....	14/15	(4.752)	-	(4.752)	-	
Plano de opção de compra de ações (stock option).....	22(b)	689	2.100	689	2.100	
Instrumentos financeiros.....	30	(6.432)	3.809	(1.453)	3.809	
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos de financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais.....		147.516	98.695	218.518	124.747	
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....		(67.918)	(67.665)	(86.226)	(76.812)	
Receita diferida.....	20	(1.030)	19.250	(10.704)	7.250	
Provisão para litígios e demandas judiciais.....	21	46.670	416	59.540	415	
		208.230	110.733	401.123	308.095	

	Nota explicativa		Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
(Aumento) redução nos ativos operacionais:						
Contas a receber de clientes.....	8	(29.533)	(4.105)	131.872	14.068	
Estoques.....	9	19.811	(31.097)	21.614	(37.449)	
Títulos e valores mobiliários.....	7	3.631	(6.077)	1.091	(6.124)	
Tributos a recuperar.....	10	(14.307)	5.945	(30.928)	(468)	
Partes relacionadas.....	12	(16.148)	9.635	(6.081)	-	
Depósitos judiciais.....	21	(3.434)	(8.389)	-	(10.455)	
Dividendos recebidos.....		169.429	326.124	-	-	
Outros créditos.....		5.784	(11.239)	10.489	(1.963)	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:						
Fornecedores.....	16	(37.350)	1.446	(39.809)	(9.729)	
Tributos a recolher.....	19	(15.323)	(2.334)	34.818	68.024	
Salários, provisões e encargos sociais.....	18	9.481	3.078	8.317	3.614	
Partes relacionadas.....	12	4.870	(32.377)	(21)	132	
Provisão para litígios e demandas judiciais.....	21	(6.110)	7.273	(17.560)	8.848	
Aluguéis a pagar.....	31	(536)	2.504	(370)	2.600	
Outras obrigações.....		(2.741)	8.981	(10.041)	(6.247)	
Caixa gerado nas operações.....		295.215	380.102	503.322	332.948	
Imposto de renda e contribuição social pagos.....		-	-	(69.809)	(67.582)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.....		295.215	380.102	433.513	265.366	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)**1. Contexto Operacional**

A Marisa Lojas S.A. ("Companhia" ou "Marisa"), incorporada no Brasil, com sede na Rua James Holland, 422, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 28 de abril de 1959, é uma Companhia de capital aberto e está listada na BVM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código de negociação AMAR3, sendo classificada no nível de Mercado de Capitalização Corporativa. A Marisa e suas controladas são conjuntamente a "Companhia" ou "Consolidado" e se dedicam principalmente ao comércio varejista de produtos de consumo, comércio eletrônico, vendas diretas e distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na data do balanço. **b) Provisão para desvalorização dos estoques:** A desvalorização dos estoques ocorre quando itens são vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques na data do balanço, com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado. **c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes do Cartão Marisa são controladas por faixa de vencimento e CPF dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, aplicando-se esse percentual sobre os valores vencidos acima de 90 dias, considerados como críticos pela Administração. **d) Provisão para litígios e demandas tributárias, civis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisdição disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação da Administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos. **e) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O julgamento da administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos, com base no prazo provável de lucros tributáveis futuros. **f) Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **g) Transações com Pagamentos Baseados em Ações:** A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premias.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), e implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("TCPC") e Orientações ("ODPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **2.2. Bases de consolidação:** As controladas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data em que esse controle deixou de existir. A aquisição de 20% do capital total da Netpoints em abril de 2014 não caracterizou aquisição de controle e, por não atender aos requerimentos estabelecidos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, as informações financeiras da Netpoints não foram consolidadas. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado seguiu a seguinte natureza, compreendendo pela eliminação do seguinte: **a)** Participações da Controladora em controladas e resultados acumulados das empresas consolidadas; **b)** Saldos das contas de ativos e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e **c)** Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia: **a) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, de liquidez imediata, convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **c) Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, partes relacionadas, outros créditos e instrumentos financeiros derivativos. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem os saldos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos; **2) Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros créditos. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge:** A Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de especulação. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas em cada exercício como ganhos ou perdas no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada com um hedge efetivo na modalidade de fluxo de caixa, e que tenha sido efetivo durante o exercício relacionado. A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são, ou não, altamente eficazes nas suas variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício quando o item protegido for efetivamente realizado. **(iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iv) Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como os mesmos são calculados estão descritos na nota explicativa nº 31. **(v) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, contas a pagar, outras obrigações, partes relacionadas, empréstimos e instrumentos financeiros derivativos. A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **1) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, no caso da Companhia, compreendem os saldos de instrumentos financeiros derivativos; **2) Outros passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, no caso da Companhia, compreendem os saldos de fornecedores, contas a pagar, outras obrigações e empréstimos e financiamentos; **3) Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros líquidos dos custos de transação incorridos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros. **d) Contas a receber:** As contas a receber são registradas pelo custo amortizado dos títulos representativos desses créditos. **e) Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda. **f) Imobilizado:** O imobilizado é depreciado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15. O valor residual e a vida útil estimado são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando necessário. **g) Intangível:** Os gastos com as aquisições de licenças de programas de computador ("software") e sistemas de gestão empresarial são capitalizados e amortizados conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 16 e os gastos associados à respectiva manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura pagos pela Companhia quando da assinatura dos contratos de aluguel são capitalizados e posteriormente amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação, pois não são recuperáveis ao final do prazo de locação. A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível. **h) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros:** Os bens do imobilizado intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são avaliados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificados separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), os quais correspondem a cada uma das lojas. **i) Arrendamento mercantil:** Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do período pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado durante a vida útil econômica do ativo, conforme mencionado no item f), de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor. **j) Provisões para litígios e demandas tributárias, civis e trabalhistas:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável a saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. **k) Ajuste a valor presente:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo tempo da competência. As receitas de vendas e os respectivos custos são registrados quando da entrega das mercadorias aos clientes e as receitas de prestação de serviços de manutenção e intermediação de produtos financeiros do Cartão Marisa são registradas quando o serviço é prestado. As receitas decorrentes das operações com cartão de crédito são apropriadas observando-se o critério "pro rata", com base no método da taxa efetiva de juros. **l) Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto: **a)** quando os impostos sobre vendas e serviços prestados incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas e serviços prestados é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; **b)** quando os valores a receber e a pagar foram apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados; e **c)** o valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **m) Resultado financeiro (receitas e despesas financeiras):** Representam juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos com instrumento de "swap", e resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos ("swap" contratado) e resultados diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência. **n) Ajuste a valor presente:** As operações de compras e vendas a prazo, prefetadas, foram trazidas a valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que a controladora incorre quando de suas captações, tanto para as operações quanto para as vendas. A Companhia adota a taxa média dos encargos financeiros das captações, pois o preço à vista e o parcelamento preferido têm o mesmo valor de venda, não sendo política da Companhia conceder descontos para pagamentos antecipados; além disso, não é considerada a variável juros na política de precificação dos produtos. **o) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: (i) Correntes:** A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é calculada de acordo com a legislação fiscal vigente, com base no lucro líquido contábil ajustado pelas adições e exclusões de despesas e receitas não dedutíveis ou não tributáveis fiscalmente no momento do seu registro. Para as controladas Club, Estilo e Sax, as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL também são apuradas com base no regime de lucro real. Para as demais controladas, o regime de apuração utilizado é o de lucro presumido. **(ii) Diferidos:** O custo do IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados sobre as diferenças entre o lucro e os passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para desluzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais do IRPJ e as bases negativas de CSLL. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas esperadas na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com IRPJ e CSLL diferidos é reconhecida no resultado do exercício, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido, nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro diferidos ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais críveis contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. **p) Plano de outorga de opções de compra de ações:** O valor justo das opções outorgadas pela Companhia a executivos é reconhecido como despesa no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido. Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções e reconhece, quando aplicável, no resultado do período em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais. **q) Apresentação de informações por segmento:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor Presidente. **r) Dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP):** A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório (25% sobre o lucro líquido) é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se refere as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos" no patrimônio líquido. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como desatuação do lucro líquido do exercício, diretamente no patrimônio líquido. **s) Equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora:** Nas operações entre controladas da Companhia, os ganhos ou perdas não realizados, foram eliminados. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes com as adotadas pela Companhia. **t) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e com informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

4. Principais Fontes de Julgamento e Estimativas

A Administração da Companhia e de suas controladas realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: **a) Provisão para perdas de inventário:** A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centros de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na data do balanço. **b) Provisão para desvalorização dos estoques:** A desvalorização dos estoques ocorre quando itens são vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques na data do balanço, com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado. **c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes do Cartão Marisa são controladas por faixa de vencimento e CPF dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, aplicando-se esse percentual sobre os valores vencidos acima de 90 dias, considerados como críticos pela Administração. **d) Provisão para litígios e demandas tributárias, civis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisdição disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação da Administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos. **e) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O julgamento da administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos, com base no prazo provável de lucros tributáveis futuros. **f) Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **g) Transações com Pagamentos Baseados em Ações:** A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premias.

5. Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas

A seguir apresentamos os pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor e serão efetivos nos próximos exercícios sociais:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.

IFRS 15 Receitas de contratos com clientes O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. A entidade participante de uma joint venture deve aplicar os princípios relevantes relacionados a combinação de negócios, inclusive no que diz respeito às divulgações requeridas.

Alteração IAS 16 e IAS 38 Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016) Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.

Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto. (Vigência a partir de 01/01/2016) Entre outros esclarecimentos, ficou estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado dos seus investimentos. As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultante da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, como definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, é reconhecida(a) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultante da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, é reconhecido somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou joint venture. Contratos de serviços geralmente atende a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem as definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C).

Alteração IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas (Vigência a partir de 01/01/2016) As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizarem investimentos em controladas, joint ventures e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam aplicando a IFRS e optem por passar a adotar o método da equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas terão de aplicar essa mudança retrospectivamente.

Alteração IAS 1 (Vigência a partir de 01/01/2016) Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão. A Companhia adotou antecipadamente o referido pronunciamento.

IFRS 16 - Arrendamento Mercantil (Vigência a partir de 01/01/2019) Tem o objetivo de unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor material. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma.

A Companhia não espera que as novas normas ou revisões acima mencionadas produzam impactos relevantes em suas demonstrações financeiras ou informações contábeis intermediárias.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa.....	13.668	15.448	13.676	15.488
Bancos conta movimento.....	30.523	27.451	31.480	31.874
Aplicações financeiras.....	309.749	337.956	506.457	463.318
	353.940	380.855	551.613	510.680

6.1. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Operações compromissadas (i).....	287.547	306.187	432.490	409.498
CDB (ii).....	21.219	31.285	21.777	40.097
CDI (iii).....	-	-	50.445	12.234
Outras aplicações financeiras.....	983	494	1.745	1.489
	309.749	337.956	506.457	463.318

(i) Referem-se a operações compromissadas em debêntures, que se caracterizam pela venda de uma debênture com o compromisso por parte do vendedor (Banco) de recomprá-la e do comprador (Companhia) de revendê-la a qualquer momento e sem perda de rendimento, o qual varia de 100,0% a 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (de 100,0% a 103,0% em 31 de dezembro de 2014). (ii) Referem-se a aplicações em CDB com compromisso de recompra a qualquer tempo pela instituição financeira e sem perda de rendimento, o qual varia entre 90,0% e 101,5% do CDI (90,0% e 101,5% em 31 de dezembro de 2014). (iii) Referem-se a aplicações em CDI - Interbancária da controlada Sax Financeira, com compromisso de recompra a qualquer tempo pela instituição financeira e sem perda de rendimento, o qual varia entre 99,8% e 100,0% do CDI (99,0% e 101,5% em 31 de dezembro de 2014).

7. T

Demonstrações Financeiras

MARISA LOJAS S.A. 61.189.288/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

12.2 - Remuneração da Administração da Companhia

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Conselho de Administração e Comitê de Auditoria	1.089	1.135
Diretoria	5.035	3.499
Benefícios de curto prazo	161	155
Plano de opções de ações e incentivo de longo prazo	356	1.332
	6.641	6.121

A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado. Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 29 de abril de 2015, foi fixado o limite de remuneração global dos administradores em até R\$20.100 para o exercício social de 2015 (R\$10.500 em 31 de dezembro de 2014).

13. Investimentos

Os principais detalhes das controladas, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são como segue:

	Controladora - 31/12/2015				Resultado da equivalência
	Participação - %	Ativo	Passivo	Lucro líquido	
Club	99,99	813.354	503.812	309.542	92.032
Max	99,99	176.746	87.150	89.596	34.272
Due Mille (a)	99,99	21.557	29.223	(7.666)	(16.885)
Visual (a)	99,99	19.167	21.900	1.623	8.591
Registada	99,99	1.915	41.710	(24.943)	(8.729)
Incorporadas (i)	-	-	-	-	78
Netpoints	20,00	70.190	68.643	1.547	(27.800)
Agio Netpoints	-	-	-	-	17.549
					400.106

	Controladora - 31/12/2014				Resultado da equivalência
	Participação - %	Ativo	Passivo	Lucro líquido	
Club	99,99	861.434	535.485	345.949	155.393
Max	99,99	167.435	99.332	67.503	60.924
Due Mille	99,99	500.107	490.883	9.224	(20.788)
Fashion	99,99	3.988	3.393	295	3.194
Siará	99,99	4.657	3.311	756	4.351
Estilo	99,99	6.667	1	644	44
Albatroz	99,99	58	1	57	(4)
Stúdio	99,99	543	1	542	38
Registada	99,99	3.959	631	3.328	4.324
Visual (a)(ii)	99,99	14.935	31.150	(16.215)	(12.224)
Netpoints	20,00	71.092	35.813	32.813	(14.902)
Agio Netpoints	-	-	-	-	17.549
					452.402

	Consolidado - 31/12/2015				Resultado da equivalência
	Participação - %	Ativo	Passivo	Lucro líquido	
Club	99,99	861.434	535.485	345.949	155.393
Max	99,99	167.435	99.332	67.503	60.924
Due Mille	99,99	500.107	490.883	9.224	(20.788)
Fashion	99,99	3.988	3.393	295	3.194
Siará	99,99	4.657	3.311	756	4.351
Estilo	99,99	6.667	1	644	44
Albatroz	99,99	58	1	57	(4)
Stúdio	99,99	543	1	542	38
Registada	99,99	3.959	631	3.328	4.324
Visual (a)(ii)	99,99	14.935	31.150	(16.215)	(12.224)
Netpoints	20,00	71.092	35.813	32.813	(14.902)
Agio Netpoints	-	-	-	-	17.549
					452.402

(i) Em setembro de 2015, a Companhia incorporou as controladas diretas, Fashion, Siará, Estilo, Albatroz e Stúdio. (ii) Em 28/09/2015 a Companhia comunicou ao mercado a descontinuidade da modalidade de venda por catálogo (venda direta). Esta medida visa concentrar os esforços em seus negócios mais maduros e reduzir as iniciativas que requerem empenho e esforços adicionais diante do aumento do nível de incerteza e da deterioração do cenário econômico atual.

(a) Provisão para passivo a descoberto de controladas

	Controladora - 31/12/2015				Total do passivo a descoberto
	Participação - %	Ativo	Passivo	Lucro líquido	
Due Mille	99,99	21.557	29.223	(7.666)	(16.885)
Visual	99,99	16.767	41.012	(24.245)	(24.943)
					(32.608)

	Controladora - 31/12/2014				Total do passivo a descoberto
	Participação - %	Ativo	Passivo	Lucro líquido	
Due Mille	99,99	14.935	31.150	(16.215)	(12.224)
Visual	99,99	19.167	21.900	1.623	8.591
					(16.215)

As alterações registradas nas contas de investimentos durante o exercício de 2015 e de 2014 são como segue:

	Controladora				Total do passivo a descoberto
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Saldo no início do exercício	-	-	452.402	-	542.701
Adição de investimento por combinação de negócios	-	-	-	-	8.477
Carteira de clientes	-	-	-	-	376
Agio sobre investimentos	-	-	-	-	17.173
Incorporação das controladas	-	-	(2.368)	-	-
Participação no resultado das controladas	-	-	103.022	-	197.500
Provisão para perdas em investimentos	-	-	(16.392)	-	12.224
Ganho com investimentos	-	-	85	-	66
Dividendos recebidos	-	-	(169.429)	-	(326.124)
Saldo no fim do exercício	-	-	400.106	-	452.402

14. Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %		Controladora - 31/12/2015		Controladora - 31/12/2014		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	
Instalações	10	320.587	(155.482)	165.105	310.439	(128.457)	181.982
Benefícios em imóveis de terceiros	(a)	731.246	(597.179)	134.067	719.974	(537.710)	182.264
Equipamentos de informática	20	117.029	(85.267)	31.762	110.935	(74.232)	36.703
Móveis e utensílios	10	199.337	(102.308)	97.029	193.991	(82.846)	111.145
Veículos	20	2.928	(1.295)	1.633	3.294	(1.251)	2.043
Obras em andamento	-	2.065	-	2.065	6.599	-	6.599
Outros imobilizados	10	3.674	(1.580)	2.094	7.900	(2.459)	5.441
		1.376.866	(943.111)	433.755	1.353.132	(826.955)	526.177

	Taxa média anual de depreciação %		Consolidado - 31/12/2015		Consolidado - 31/12/2014		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	
Instalações	10	321.184	(155.673)	165.511	310.964	(128.590)	182.374
Benefícios em imóveis de terceiros	(a)	731.999	(597.879)	134.120	720.726	(538.332)	182.394
Equipamentos de informática	20	122.744	(89.065)	33.679	115.899	(77.431)	38.468
Móveis e utensílios	10	237.606	(119.363)	99.381	230.521	(89.255)	134.266
Veículos	20	2.928	(1.295)	1.633	3.294	(1.251)	2.043
Obras em andamento	-	2.065	-	2.065	6.599	-	6.599
Outros imobilizados	10	4.354	(1.788)	2.342	8.565	(2.599)	5.967
		1.422.880	(965.063)	457.817	1.396.568	(844.458)	552.110

(a) O prazo de amortização é realizado conforme prazo contratual.

As alterações registradas na rubrica "Imobilizado", durante o exercício, foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Saldo no início do exercício	-	-	526.177	-	577.326
Adições	-	-	59.170	-	135.655
Reversões	-	-	(14.266)	-	(5.368)
Reversão (constituição) de provisão para perdas	-	-	2.246	-	(2.246)
Depreciação	-	-	(139.572)	-	(153.858)
Saldo no fim do exercício	-	-	433.755	-	526.177

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Saldo no início do exercício	-	-	137.018	-	116.278
Adições	-	-	48.572	-	52.679
Reversões	-	-	(3.096)	-	(978)
Reversão (constituição) de provisão para perdas	-	-	2.506	-	(2.506)
Amortização	-	-	(35.464)	-	(29.455)
Saldo no fim do exercício	-	-	149.536	-	137.018

15. Intangível

	Taxa média anual de depreciação %		Controladora - 31/12/2015		Controladora - 31/12/2014		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	
Software	(b)	185.990	(88.774)	97.216	156.944	(64.901)	92.043
Fundo de comércio (a)	(b)	70.839	(47.082)	23.757	70.839	(38.874)	31.965
Direitos de uso de infraestrutura (a)	20	45.964	(17.461)	28.503	31.283	(18.335)	12.948
Outros intangíveis	33	60	-	60	62	-	62
		302.853	(153.317)	149.536	259.128	(122.110)	137.018

	Taxa média anual de depreciação %		Consolidado - 31/12/2015		Consolidado - 31/12/2014		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	
Software	(b)	195.081	(94.365)	100.715	164.805	(63.781)	94.824
Fundo de comércio (a)	(b)	70.839	(47.082)	23.757	70.839	(38.874)	31.965
Direitos de uso de infraestrutura (a)	20	60.952	(31.687)	29.265	45.510	(30.787)	14.723
Outros intangíveis	33	68	-	68	68	-	68
		326.940	(173.635)	153.305	281.022	(139.442)	141.580

(a) Fundo de comércio pago quando da celebração dos arrendamentos das lojas localizadas em ruas, enquanto que os direitos de uso de infraestrutura são os valores pagos referentes as lojas localizadas em shoppings. (b) O prazo de amortização é realizado conforme prazo contratual. As alterações registradas na rubrica "Intangível", durante o exercício, foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Saldo no início do exercício	-	-	137.018	-	123.926
Adições	-	-	48.572	-	52.679
Reversões	-	-	(3.096)	-	(978)
Reversão (constituição) de provisão para perdas	-	-	2.506	-	(2.506)
Amortização	-	-	(35.464)	-	(29.455)
Saldo no fim do exercício	-	-	149.536	-	137.018

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Mercadoria para revenda nacional	178.183	197.943	178.183	197.943
Mercadoria para revenda importada	11.754	10.155	11.754	10.155
Serviços	11.941	26.361	12.943	27.861
Suportes	4.029	7.803	4.571	9.052
Outros	1.677	2.632	1.682	3.891
Ajuste a valor presente	(3.694)	(3.654)	(3.694)	(3.654)
	203.890	241.240	205.439	245.248

17. Empréstimos e Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Passivo circulante:				
Debêntures	181.540	180.574	(a)	-
FINMP	25.671	-	Juros de 100,71% a 104,50% do CDI	-
BNDES	8.364	-	Juros de 3,67%aa, Selic + 1,67%aa, TJLP + 3,67%aa, Selic + 3,67%aa a 6,00%a a.	-
Finame	5.961	4.937	Juros de 2,5% a 9,5% a.a.	-
Arrendamento mercantil	4.408	5.691	Juros de 0,81% a 1,97% a.a. + CDI (b)	-
	225.844	191.202		-
Passivo não circulante:				
Debêntures	447.638	672.877	(a)	-
BNDES	82.968	-	Juros de TJLP + 1,67%aa, TJLP + 3,67%aa, Selic + 3,67%aa a 6,00%a a.	-
Resolução nº 4131 (d)	59.852	-	Juros de 107,75% do CDI (b)	-
Finame	17.996	23.048	Juros de 2,5% a 9,5% a.a.	-
Arrendamento mercantil	1.724	3.635	Juros de 0,81% a 1,97% a.a. + CDI (b)	-
	610.178	699.560		-
			Consolidado	
			31/12/2015	31/12/2014
Passivo circulante:				
Debêntures	181.540	180.574	(a)	-
Capital de Giro	67.525	82.938	Juros de 108,5% a 117,3% do CDI (b)	-
Resolução nº 4131 (d)	10.937	51.677	Juros de 107,65% do CDI (b)	-
Resolução nº 2770 (d)	39.186	43.829	Juros de 117,7% do CDI (b)	-
FINMP	25.671	-	Juros de 100,71% a 104,50% do CDI	-
BNDES	8.364	-	Juros de TJLP + 1,67%aa, TJLP + 3,67%aa, Selic + 3,67%aa a 6,00%a a.	-
Finame	6.034	5.050	Juros de 2,5% a 9,5% a.a.	-
Arrendamento mercantil	4.860	5.691	Juros de 0,81% a 2,19% a.a. + CDI (b)	-
	364.071	368.759		-
Passivo não circulante:				
Debêntures	447.638	672.877	(a)	-
BNDES	82.968	-	Juros de TJLP + 1,67%aa, TJLP + 3,67%aa, Selic + 3,67%aa a 6,00%a a.	-
FIDC- NP Club (c)	-	15.649	Juros de 107,25% a 107,75% do CDI (b)	-
Resolução nº 4131 (d)	183.193	61.635	Juros de 107,25% do CDI (b)	-
Finame	18.265	23.556	Juros de 2,5% a 9,5% a.a.	-
Arrendamento mercantil	1.979	3.635	Juros de 0,81% a 2,19% a.a. + CDI (b)	-
	734.043	737.352		-

(a) Debêntures: As debêntures emitidas pela Companhia são nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, da espécie obrigatória, em série única, e suas emissões foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração. As debêntures não possuem garantias, os juros são amortizados semestralmente. As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizados em moeda nacional e à vista no ato da subscrição. Abaixo seguem as debêntures emitidas pela Companhia.

	Debitivos não conversíveis	Principal RS	Data de Vencimento		Encargos financeiros	Consolidado		
			emissão	final		31/12/2015	31/12/2014	
1ª emissão	300.000	21/06/2011	21/06/2018	300	111,95% do CDI	300.000	300.000	
2ª emissão	350.320	20/12/2011	20/12/2016	(i)	300	111,20% do CDI	175.160	350.320
3ª emissão - 1ª série	100.000	25/04/2014	25/04/2019	(ii)	5.000	111,25% do CDI	50.000	100.000
3ª emissão - 2ª série	100.000	25/04/2014	25/04/2021	(iii)	10.000	112,00% do CDI	100.000	100.000
						Total do principal	625.160	850.320
						Custos de transação a apropriar	(1.876)	(2.839)
						Juros a pagar	5.894	5.970
						Total Debêntures	629.178</	

Demonstrações Financeiras

marisa

MARISA LOJAS S.A. 61.189.288/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

mercado ativo para esses instrumentos, diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

30.5. Mensuração e hierarquia do valor justo: A tabela a seguir demonstra em detalhes da mensuração e hierarquia do valor justo:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2015	Nível 2	31/12/2014	Nível 2
Ativos				
Derivativos proteção cambial	6.020	6.020	3.867	3.867
Derivativos designados como hedge	13.063	13.063	10.742	10.742
	19.083	19.083	14.609	14.609
	Consolidado			
	31/12/2015	Nível 2	31/12/2014	Nível 2
Derivativos proteção cambial	8.443	8.443	11.269	11.269
Derivativos designados como hedge	13.063	13.063	10.742	10.742
	21.506	21.506	22.011	22.011

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve transferência entre os níveis 1 e 2 da mensuração do valor justo ou transferências para o nível 3. **30.6. Quadro de Análise de Sensibilidade:** A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, único indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	31/12/2015				
	Montante	Risco	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI	455.027	Baixa do CDI	73.641	55.231	36.820
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação do CDI	982.429	Alta do CDI	174.582	218.227	261.872
	31/12/2014				
Operação	Montante	Risco	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI	462.841	Baixa do CDI	57.740	43.305	28.870
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação do CDI	1.095.454	Alta do CDI	146.110	182.638	219.165

(i) Juros calculados com base na previsão futura do CDI (taxas referenciadas BM&F - Ibovespa). (ii) Juros calculados considerando um incremento de 25% na variação do CDI. (iii) Juros calculados considerando um incremento de 50% na variação do CDI.

31. Arrendamento Operacional - Locação de Lojas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia possuía contratos de locação firmados com empresas ligadas e terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. O valor da locação dos imóveis de empresas ligadas é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 2,67% sobre as vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC-FIPE. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por até dois períodos de cinco anos. O valor da locação dos imóveis de terceiros é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 3,41% sobre as vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo

mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de 5 a 15 anos, sujeitos à renovação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as despesas de alugueis, líquidas de Pis e Cofins a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$222.455 (R\$209.887 em 31 de dezembro de 2014). O saldo da rubrica "Alugueis a pagar" é de R\$22.529 (R\$22.899 em 31 de dezembro de 2014). Os compromissos futuros oriundos desses contratos, a valores de 31 de dezembro de 2015, totalizam um montante mínimo de R\$806.107 assim distribuído:

Exercício	Valor
2016	199.583
2017	157.785
2018	112.903
2019	97.646
2020 a 2032	238.190
	806.107

32. Informações por Segmento de Negócio

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em varejo e operações de crédito. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são: • Varejo - atividade de varejo com foco em consumidores da classe C e D. • Produtos e serviços financeiros, sendo: (i) Operações cartão de crédito - por meio do Cartão Marisa e "Co-Branded" Marisa Itaucard e gerenciado pela controlada Club, ofertam aos consumidores da Companhia o crédito para aquisição de produtos, além de seguros, pagamento de contas e empréstimo pessoal. (ii) Operações crédito pessoal - oferta empréstimo pessoal aos consumidores da Companhia. Apresentamos abaixo os resultados por segmento:

	31/12/2015			
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Receita líquida de clientes externos	2.482.530	486.214	196.162	3.164.906
Custos do segmento	(1.323.506)	(337.926)	(126.686)	(1.788.118)
Lucro bruto	1.159.024	148.288	69.476	1.376.788
Despesas com vendas	(899.176)	-	-	(899.176)
Despesas gerais e administrativas	(141.426)	(29.417)	(13.133)	(183.976)
Outras despesas operacionais	(12.469)	(4.841)	(449)	(17.759)
Resultado operacional do segmento	105.953	114.030	55.894	275.877
Depreciação e amortização				(198.805)
Receitas financeiras				119.087
Despesas financeiras				(265.828)
Resultado de equivalência patrimonial				(6.339)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social				(76.008)

A DIRETORIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONTADORA

Glessiane Fabiana Rossa - CRC 1SP281553/0-4 - CPF 978.182.241-49

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Marisa Lojas S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Marisa Lojas S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de

que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Marisa Lojas S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/0-6
Antonio Humberto Barros dos Santos
Contador
CRC-1SP161745/0-3

Patricia Nakano Ferreira
Contadora
CRC-1SP234620/0-4